



SUJEITOS INVISIBILIZADOS: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS/AS IMPACTADOS/AS PELOS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO INTERIOR DO AMAPÁ

Ingra Vale Queiroz Tadaiesky ¹
Eduardo Margarit ²

RESUMO

O presente trabalho analisa os conflitos agrários e a invisibilidade social no interior do Amapá, concentrando-se nas narrativas dos sujeitos diretamente impactados pela implantação de grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas em Ferreira Gomes e a expansão do agronegócio de celulose e grãos. O estudo busca romper o silêncio imposto e trazer à luz as histórias das populações que enfrentam o risco iminente de perder seu direito fundamental à moradia e ao território tradicionalmente ocupado. Adotou-se uma abordagem metodológica que combinou pesquisa bibliográfica aprofundada sobre a temática amazônica com pesquisa de campo, utilizando a técnica de entrevista em profundidade e a análise narrativa para compreender as representações dos grupos entrevistados. O referencial teórico discute a geopolítica, a colonialidade do poder e o modelo de desenvolvimento degenerativo e excludente imposto à região, o qual intensifica a vulnerabilidade social dos amazônidas. Os resultados apurados revelam que a lógica de apropriação territorial capitalista reproduz mecanismos neocoloniais, manifestados em pressões, ameaças de despejo, uso de vigilância coercitiva por parte de grandes empresas (como a Amcel) e omissão do poder público contra posseiros e comunidades tradicionais. A pesquisa demonstra que esses grupos vivenciam a violação sistemática de direitos e são submetidos à invisibilidade social, reforçando a urgência de amplificar suas narrativas de resistência e luta pela preservação de seus modos de vida e territórios.

Palavras-chave: Conflito; Invisibilidade; Moradia; Território; Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This study analyzes agrarian conflicts and social invisibility in the interior of Amapá, focusing on the narratives of subjects directly impacted by the implementation of large enterprises, such as hydroelectric plants in Ferreira Gomes and the expansion of the cellulose and grain agribusiness. The research seeks to break the imposed silence and highlight the stories of populations facing the imminent risk of losing their fundamental right to housing and traditionally occupied territory. The methodological approach combined extensive bibliographic research on Amazonian themes with fieldwork, utilizing the technique of in-depth interviews and narrative analysis to understand the representations of the interviewed groups. The theoretical framework discusses geopolitics, the coloniality of power, and the degenerative and exclusionary development model imposed on the region, which intensifies the social vulnerability of the Amazonian people. The findings reveal that the capitalist territorial appropriation logic reproduces neocolonial mechanisms, evidenced by pressures, eviction threats, the use of coercive surveillance by large companies (such as Amcel), and public authority omission against posseiros and

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, ingravalequeiroztadaiesky@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, eduardo.margarit@unifap.br;



traditional communities. The study demonstrates that these groups experience systematic rights violation and are subjected to social invisibility, underscoring the urgency of amplifying their narratives of resistance and struggle for the preservation of their ways of life and territories.

Keywords: Conflict; Invisibility; Housing; Territory; Vulnerability

INTRODUÇÃO

A magnitude da Amazônia, rica em diversidade ambiental e social, é frequentemente considerada na implementação de grandes projetos de infraestrutura, impulsionando a Região, detentora da maior bacia hidrográfica do mundo, a um papel central na geração de energia. A construção de hidrelétricas como Belo Monte e os complexos no Rio Madeira e Tapajós, juntamente com outros empreendimentos ligados à produção de bens semielaborados e matérias-primas destinados à exportação, como ferro, óleos de dendê, alumínio, palma, gado e soja, representam para o Estado um símbolo de “desenvolvimento” e “progresso”. No entanto, para as populações diretamente afetadas, esses empreendimentos são vistos como tragédias iminentes, acarretando impactos ambientais e deslocamentos forçados.

A discurso proferido pelos agentes estatais de desenvolvimento econômico vão de encontro aos impactos sociais e ambientais devastadores, incluindo o risco de deslocamento compulsório de populações tradicionais e a degradação dos ecossistemas locais. Esse modelo de desenvolvimento estatal amazônico, apesar de gerar poucos empregos e desalojar populações, tem sido continuamente apoiado por políticas públicas, reproduzindo um secular modelo agroexportador que Loureiro (2012) classifica como *desenvolvimento degenerativo*, cujos danos se intensificam com o avanço.

No Amapá, as terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinados à indústria de celulose e biomassa, e ao agronegócio de forma geral, também introduzem uma nova lógica de uso e ocupação do solo sob um discurso de progresso que mascara uma apropriação territorial capitalista. Essa dinâmica reproduz mecanismos neocoloniais, valorizando o empresário migrante em detrimento da existência de comunidades tradicionais.

Este trabalho debruça-se sobre os conflitos agrários no estado do Amapá, com atenção ao município de Ferreira Gomes, diretamente afetado pela implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos, de celulose e de produção de bens semielaborados e matérias-primas. A justificativa para este estudo reside na necessidade de analisar as narrativas dos sujeitos impactados por esses empreendimentos, os quais frequentemente são invisibilizados e silenciados com a chegada dessas grandes empresas. Boa parte dessas famílias corre o risco



iminente de perder seu direito fundamental à moradia, enfrentando a ameaça de despejos das terras que tradicionalmente ocupam.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foi adotada uma abordagem metodológica que combina a pesquisa bibliográfica com a pesquisa de campo. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico abrangente sobre a temática dos conflitos territoriais, invisibilidade social e os impactos de grandes empreendimentos na Amazônia. Para as entrevistas foi utilizada a técnica da entrevista em profundidade, de acordo com Lakatos; Marconi (2003). A entrevista, entendida como um encontro entre pesquisador e entrevistado para obter informações sobre um determinado assunto, permite a coleta de dados e auxilia na compreensão do problema social.

Ademais, este trabalho utiliza a análise de narrativa dos acontecimentos e histórias relatadas pelos grupos entrevistados. A análise de narrativa busca compreender como esses grupos constroem representações de si mesmos e do mundo, como representam o tempo e como estabelecem consensos a partir de dissensos (Motta, 2013). Segundo Motta (2013), essa análise não se limita à intriga, mas busca compreender os valores culturais em ação e a construção simbólica da realidade.

Para promover a associação entre o estudo de caso e o contexto regional amazônico foram consultadas as obras de Bertha Becker (2004), Violeta Refkalefsky Loureiro (2012), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) e Eduardo Margarit (2013). Para analisar os sujeitos amazônidas é utilizado Deborah de Magalhães Lima (1999) e para entender as políticas públicas para estes sujeitos a análise do trabalho de Maria Ozanira da Silva (2010) foi fundamental. Além disso, são analisados os dados oficiais da Comissão Pastoral da Terra (2024) sobre violência no campo, e as reflexões de Júnior Gomes Silva (2014) para buscar quantificar os eventos registrados qualitativamente nas narrativas colhidas em campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Silva (2014), sobre os conflitos fundiários existentes no estado do Amapá, entre 2002 e 2011, ocorrem através da pressão moral, do constrangimento à cidadania dos sujeitos e do uso de outras formas de violência, que buscam coagir os moradores rurais a vender suas terras por preços irrisórios. No entanto, apesar de a violência velada ser protagonista nos



embates, o contexto atual registra um aumento nos casos de violência física, que resultam na morte de camponeses.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgados pelo portal de notícias G1 Amapá, em 20 de abril de 2020, demonstram que apenas no ano de 2019 mais de 40 conflitos por terra foram registrados em todo o estado, e até a data da matéria, mais de 200 famílias foram ameaçadas e cerca de 1.600 famílias viviam em áreas de disputa. Além desses números, o mapeamento demonstra que a região amazônica concentrou 20 das 32 mortes em disputas territoriais em 2019 (Ferreira; Pinheiro, 2024).

O conflito pela terra no Amapá basicamente é realizado por dois agentes: por empresas capitalistas (fazendeiros, madeireiros, mineradoras e garimpos) e pelo estado, com a criação de áreas de preservação de proteção integral. Do outro lado, os posseiros compõem a parte mais sensível desse processo, pois, pelo fato de não possuírem terras reconhecidas pelo estado, ficam à margem do processo e sujeitos a pressões diversas (Silva, 2014, p. 114 -115).

Com o passar dos anos, o cenário se intensificou. De acordo com os dados divulgados pelo relatório de Conflitos no Campo de 2024 da Comissão Pastoral da Terra, o Brasil alcançou os 2.185 conflitos agrários no país, no Amapá, mais de 20700 pessoas foram atingidas. O aumento da violência é visível e em novembro de 2024, o vídeo da execução de um morador do campo viralizou nas redes sociais e, segundo o portal de notícias G1 Amapá, a motivação do crime foi uma briga por terras que se estendia desde 2019.

Essas violências crescem e partem de um lugar de poder: aquele que detém do poder se sobressai em relação àquele que não o detém. Becker (2004) explica esse fenômeno através da geopolítica, sendo esse estudo um campo do conhecimento que analisa as relações entre o poder e o espaço geográfico, segundo ela, a conquista de territórios sempre se caracterizou pela presença de pressões de todos os tipos.

Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras. Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada. Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios (Becker, 2004, p. 71).

O fato do estado do Amapá estar em uma área de fronteira, representa um interesse do grande capital estrangeiro em explorar os recursos naturais do território (Silva, 2014). Dessa forma, a presença de grandes empreendimentos nacionais e internacionais foram e são incentivados com o sonho do “desenvolvimento” para o estado. Gonçalves (2005), fala sobre a marca colonial sob a Amazônia e como algumas visões sobre ela são centrais como a da



“Amazônia como vazio demográfico”, “Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos” e da “Amazônia como região do futuro”.

Esses entendimentos fazem parte de um olhar externo do que existe nela e não leva em consideração a visão dos que nela vivem. O conceito introduzido por Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder implica sobre a “colonização das perspectivas cognitivas”, na qual os colonizadores expropriaram descobertas culturais dos povos colonizados, reprimiram suas formas de produção de conhecimento e os forçaram a aprender parcialmente a cultura dos dominadores.

A partir desse conceito, podemos compreender as visões externas sobre a Amazônia como manifestações dessa colonialidade, já que reproduzem a lógica de classificação, exploração e objetificação da região e de seus habitantes, tirando-os de suas próprias identidades e historicidades e submetendo-os a um padrão cognitivo que os coloca como “objetos” de recursos a serem explorados para o benefício do centro mundial do capitalismo, países como Estados Unidos, China e países europeus.

Bertha K. Becker (2005) afirma que a Amazônia, o Brasil e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista e a Amazônia é um dos três “eldorados naturais” do mundo, ao lado da Antártida e dos fundos marinhos.

Isso trouxe a disputa das potências pelos estoques das riquezas naturais, uma vez que a distribuição geográfica de tecnologia e dos recursos está distribuída de maneira desigual. Enquanto tecnologias avançadas são desenvolvidas nos centros de poder, as reservas naturais estão localizadas nos países periféricos, ou em áreas não regulamentadas juridicamente. Esta é, pois, a base da disputa. (BECKER, 2005, p.77)

A colonialidade surge como um braço forte e inegociável do capitalismo que puxa para si violências visíveis (com a exploração predatória) e também com violências epistemológicas, essas ganham força na construção imagética de que os sujeitos da Amazônia são “atrasados” e que, portanto, precisam se “desenvolver”. Lima (2022) liga isso à desumanização e invisibilidade dos grupos tradicionais desta terra, “que são taxados como marginalizados e atrasados, carentes de progresso e que por isso têm que se adequar ao atual padrão de poder mundial”.

Loureiro (2012) esclarece que esse formato de desenvolvimento para a região amazônica é excludente e menospreza os danos causados às pessoas e à natureza. Essa forma de desenvolver compromete e destrói a multiculturalidade da Amazônia, dissolvendo num todo comum todas as especificidades e particularidades dos grupos sociais. Para Loureiro são



“concentradores de renda e geram poucos empregos, espalham miséria em torno dos grandes empreendimentos onde se implantam e provocam enormes danos ambientais.”

Embora os conflitos pela terra envolvam diferentes grupos sociais, como quilombolas, indígenas e assentados de projetos de reforma agrária do Inca, indiscutivelmente, considera-se como principal atingido pela luta da terra no Amapá o posseiro que sofre tanto com o descaso do poder público, que não lhe oferece meios concretos de legalização jurídica de sua posse quanto com a ação violenta de agentes particulares, como madeireiros, fazendeiros, grileiros, mineradoras etc (Silva, 2014, p. 130).

O conflito no campo, por mais que apresente grandes quantitativos, não são levados em consideração no cenário político. Silva (2014) afirma que a pauta é praticamente um assunto proibido e inaceitável à realidade de um estado que historicamente é visto como um vazio demográfico. A luta por território é uma realidade camuflada.

O silenciamento sobre essa pauta resulta em um processo de invisibilização dos sujeitos que são afetados. Tomás (2012) explica que a invisibilidade social é uma experiência moral que é sofrida pois está relacionada ao sentimento de inexistência social, sendo uma situação na qual os sujeitos dominantes expressam a sua superioridade ao não enxergarem aqueles que eles dominam.

A invisibilidade social coletiva, enfrentada pelos camponeses, se dá na recusa dos direitos jurídicos e sociais e pelo grande desejo pela visibilidade, mesmo tendo variações sobre o seu conceito, a recusa e o repúdio pelo outro é o fio condutor permanente em todas as formas possíveis de conceituar esse fenômeno (Tomás, 2012).

Na região Norte, os processos de exclusão se dão também através do preconceito com a figura do amazônida, do “caboclo”. Lima (1999) afirma que o arquétipo do caboclo é composto de traços culturais que distinguem o seu modo de vida de uma existência branca e urbana, desde seus meios de transporte, seus instrumentos de trabalho, até mesmo seus hábitos alimentares expressam a existência de uma cultura cabocla que se distancia da vivência da cidade, onde vivem aqueles que desejam as suas terras.

As políticas coloniais iniciais induziram à criação de uma classe amazônica subalterna, com a qual a categoria social caboclo está intimamente associada. [...] E os mesmos traços culturais que distinguem os caboclos (a casa de paxiúba, a agricultura de rodízio, os métodos indígenas de pesca e caça, entre outros) são tomados como evidência de inferioridade, pois são vistos como “primitivos”. Além disso, as qualificações negativas também se relacionam ao fato de que caboclos são considerados pobres. Como no caso do termo caboclo, pobreza também é um conceito cultural (Lima, 1999, p. 13).



Dessa forma, os grandes empresários se colocam em uma posição de superioridade, como uma classe superior em relação aos moradores das terras que desejam tomar para si. Para Silva (2010), o processo de exclusão é consequência da pobreza, que, no Brasil, se aprofunda a partir de um desenvolvimento concentrador de riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais que, no meio rural, são representados pelos grandes latifúndios.

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política (Silva, 2010, p. 157).

A presença de um grupo detentor de poder com interesses econômicos sob terras de camponeses fragiliza a garantia do direito à moradia, um direito humano universal, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948 (ONU, 1948) e assegurado pela Constituição Federal Brasileira, pelo artigo 6º, desde 1988 (Brasil, [2016]). A essencialidade de se ter um teto é um fator imprescindível à dignidade humana. Viana (2000) afirma que a moradia é a base da individualidade e um direito natural e indispensável de proteção à vida, à saúde e à liberdade, uma condição indispensável.

Além de um direito constitucional e humano, ter um território é fundamental para a construção da identidade e da territorialidade humana. De acordo com Soares (2017) os processos de formação de identidade estão relacionados às formas de ocupação e ao uso que as comunidades fazem do território.

A identidade cultural é defendida também como identidade territorial e como fator de resistência, ou seja, age no sentido de preservar as relações e os valores sociais estabelecidos, frente a um processo de exclusão motivado pela mercantilização da terra e da vida. [...] há a politização de termos e denominações de uso local, pelas comunidades tradicionais, para que os sujeitos assim incorporem nos seus discursos de luta a sua designação coletiva, servindo como autodefinição e como nova estratégia de luta (SOARES, 2017, p. 3)

Soares (2017) estabelece ainda o conceito de “novas fronteiras” com a chegada de novos atores ao cerrado do Amapá, esse conceito é marcado pelas disputas territoriais e diferentes formas de uso da terra. São transformações que ocorrem em um território historicamente habitado por comunidades tradicionais extrativistas e quilombolas, que têm suas próprias concepções de mundo, modos de vida e relações com o tempo e com a história. Segundo Soares, essas comunidades reivindicam a regularização de suas terras há anos, tanto de forma coletiva



como de forma individual, buscando sempre preservar seus modos de existência apesar das pressões externas.

O impacto nas comunidades com a chegada de novos atores é uma dinâmica social existente desde a época pré-território. Silva (2017) explica que a própria “invenção” do Território Federal do Amapá em 1943, buscou a desconstrução e desqualificação de todo um modo de vida que existia anteriormente, ignorando todas as formas de existência preexistentes. Aqui, pode-se fazer um paralelo aos grandes empreendimentos: a chegada do que representa o “avanço”, o “desenvolvimento” impacta as vidas que já existiam na imposição das novas formas de uso da terra e na desvalorização dos modos de vida tradicionais.

À ótica do chamado “desenvolvimento” Carmo; Miranda; Barreira (2019) dissertam sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Amapá, demonstrando como os grandes empreendimentos de infraestrutura representam a continuação de uma lógica de ordenamento territorial que visa à integração do estado aos circuitos produtivos do capitalismo global.

O PAC foi implantado em 2007 e teve como objetivo agregar obras do Governo Federal em uma única plataforma para gerar a fluidez necessária ao desenvolvimento do capitalismo e promover o dito “crescimento econômico”. Carmo; Miranda; Barreira afirmam que a imposição de novas infraestruturas como novas usinas hidrelétricas, pavimentação de rodovias, modernização e ampliação do porto e aeroporto, além da instalação de sistemas de telecomunicações e energia são mecanismos para anexar a Amazônia à lógica capitalista.

A construção das usinas hidrelétricas previstas no Pac para o Amapá permitem a geração de energia de baixo custo para as atividades produtivas. No Rio Jari foi construída a UHE Santo Antônio do Jari (inaugurada em 2014) e no Rio Araguari foram construídas as hidrelétricas UHE Ferreira Gomes (inaugurada em 2015), a jusante da UHE Coaracy Nunes, e a UHE Cachoeira Caldeirão (inaugurada em 2016), a montante da UHE de Coaracy Nunes. A construção de novas usinas hidrelétricas no Amapá representam a introdução de grandes empreendimentos de apropriação dos bens naturais do estado, essencialmente do potencial hidrelétrico, e figuram como monumentos símbolos de desenvolvimento do poder hegemônico. A construção de novas usinas hidrelétricas ocorreu não apenas para suprir a crescente demanda de energia do Amapá, mas também do restante do País, pois junto com a construção de novas usinas hidrelétricas foi realizada a construção de linhas de transmissão, conectando o Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com isso, tornou-se possível o envio e o recebimento de energia do Amapá para o restante do País, o que torna o fornecimento 18 Carmo, Miranda e Barreira PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 12, n. 2, p. 07-20, jul./dez. 2019 de energia elétrica mais estável para as unidades consumidoras. A maior estabilidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica agregou



competitividade ao território, atraindo empresas e investimentos privados.(Carmo; Miranda; Barreira. 2019, p. 11-12)

Assim, o modelo de “desenvolvimento” imposto por esses grandes empreendimentos, embora apresentado como progresso econômico e solução para as demandas energéticas do país, revela-se, na prática, um processo de apropriação e reordenação territorial que acentua as desigualdades sociais e reproduz uma lógica neocolonial do capital.

Essa dinâmica de poder resulta no crescimento de conflitos agrários, violação do direito à moradia, assim como promove a sistemática inviabilização das comunidades tradicionais e posseiros, cujas existências e modos de vida são desqualificados e silenciados em prol de interesses econômicos hegemônicos.

É nesse cenário de tensões e desconsideração que a presente pesquisa se insere, buscando romper o silêncio e trazer à luz as narrativas dos sujeitos que, apesar de impactados, resistem e continuam a lutar pela garantia de seus direitos e pela preservação de seus territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das narrativas dos sujeitos invisibilizados e impactados pelos grandes empreendimentos em Ferreira Gomes é fundamental para compreender a complexidade dos conflitos agrários no Amapá sob a perspectiva daqueles que vivenciam diretamente suas consequências. Ao destacar a vulnerabilidade social, as violações de direitos territoriais e à moradia, este trabalho visa amplificar a voz dessas comunidades, promovendo uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento implementado na região e suas implicações sociais, culturais e históricas.

Um dos principais símbolos do modelo de desenvolvimento estatal no município de Ferreira Gomes é a construção de hidrelétricas. A primeira delas foi a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, construída em 1978, no Rio Araguari, no contexto da ditadura militar no Brasil. Esta primeira usina veio apenas suprir a crescente demanda energética da capital do estado do Amapá e das atividades de mineração de manganês que eram executadas. Já em 2015, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi inaugurada a hidrelétrica UHE Ferreira Gomes, e, em seguida, em 2016, a UHE Cachoeira Caldeirão. Ambas vieram a atender a demanda nacional de energia, pois foram interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).



Com a construção das hidrelétricas em Ferreira Gomes vieram os diversos impactos sociais e ambientais. Sob o ponto de vista ambiental destacam-se os episódios de mortandade de peixes que ganharam notoriedade na mídia. Já no aspecto social houve um impacto significativo sobre a população ribeirinha, notadamente nas atividades pesqueiras. Com a realização da pesquisa foi possível constatar também a luta da população atingida. Destacam-se as atividades do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação local por meio da Associação dos Atingidos por Barragens de Ferreira Gomes (Atimba). Esta militância tem sido responsável por avanços nas compensações sociais da construção de hidrelétricas.

Já a expansão do agronegócio no município de Ferreira Gomes possui duas vertentes principais: uma mais antiga, provocada pela Amapá Florestal e Celulose (Amcel) com o plantio de eucalipto, e outra mais recente, capitaneada por agricultores imigrantes no cultivo de grãos, notadamente a soja e o milho.

A instalação da Amcel no Amapá ocorreu em 1976 e foi o ponto de partida para a incorporação de grandes extensões de terra ao agronegócio. Atualmente, o controle acionário da Amcel pertence aos grupos japoneses Nippon Paper Industries e Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (NYK). Segundo dados da própria empresa, a Amcel é detentora de 130.000 hectares de terras para o plantio de eucalipto e 180.000 hectares de reserva distribuídos nos municípios de Amapá, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Santana e Tartarugalzinho.

A grande concentração de terras em nome da empresa Amcel é igualmente acompanhada de diversos conflitos com os povos tradicionais do Amapá. Para a manutenção da integridade da propriedade privada a Amcel utiliza-se de instrumentos coercitivos para inibir a presença dos povos tradicionais que costumam acessar as matas e cursos d'água de suas propriedades para perpetuar os hábitos de caça, pesca e extrativismo. São relatadas ameaças e até tentativas de assassinato perpetradas por vigilantes armados contratados pelas empresas.

O cenário de controle de terras pelo agronegócio contraste com a forma de uso da terra pelos povos tradicionais no Amapá, que não tiveram seus territórios reconhecidos e sempre usaram dos recursos naturais sem que se estabelecesse a típica relação capitalista de apropriação privada. Trata-se de um uso ancestral, como constatado nas narrativas, em que a forma como os povos tradicionais estabelecem as relações territoriais de uso da terra não figuram no reconhecimento da propriedade pelo Estado.

No contexto recente, a implantação do agronegócio de grãos, com destaque para a soja e o milho, passou a ser o novo agente de conflitualidade no uso da terra. Analisando os dados sobre os conflitos no campo no Amapá, verificou-se que há um agravamento do número de conflitos entre 2012 e 2014, período em que é implantada a infraestrutura de exportação de



grãos no Porto de Santana e inicia-se o cultivo de soja no Amapá. Verificou-se também por meio das narrativas como estes conflitos estão associados as novas formas de uso e ocupação do solo pelo agronegócio de grãos.

A seguir, serão apresentados relatos de moradores de áreas atualmente ameaçadas de remoção forçada. Esses relatos foram coletados por meio de entrevistas realizadas durante visitas técnicas conduzidas pela Defensoria Pública do Amapá, no contexto de ações voltadas à defesa dos direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade fundiária.

A Entrevistada 1 possui 73 anos e é a mais nova dos três irmãos que residem, desde 1971, em uma área atualmente inserida nos limites da propriedade da empresa Amcel. Ressalte-se que a instalação da referida empresa no estado do Amapá ocorreu apenas em 1976, evidenciando que a presença da família no local antecede em cinco anos a chegada da empresa.

Chegamos aqui em 71, nós era criança e muita coisa nós não lembra, mas nós se criou aqui. Nós que capinamos e fizemos casa e ficamos aqui.[...] Tão querendo tirar a gente daqui, já mandaram ordem de despejo que era pra nós desocupar em 15 dias. Já chegou dizendo pra nós sair sem direito a nada. Nós ficamos desesperados. O fiscal deles lá falaram que a Amcel tava movendo uma ação contra nós, aí falaram ‘Vocês têm que sair, vocês não podem mover nada, não podem mexer nada’, aí foi aí que ficamos desesperadas procurando alguma ajuda, e eu disse que a minha casa eu não vou desmanchar. (Entrevistada 1, 2023).

Os entrevistados 2, 3 e 4 moram em uma comunidade agrícola e também sofrem com ameaças de despejo vindas de fiscais da empresa de celulose. O Entrevistado 2 explica que a entrada deles nas terras com motocicletas e sobrevoando toda a extensão com drones é comum e o sentimento que fica é o de estarem sendo observados constantemente, ele também afirmou que a Amcel tenta denunciá-los de crime ambiental, alegando que a comunidade agrícola desmata a área, mas isso não acontece.

Moro aqui há 6 anos, trabalhando na área de agricultura, tenho minha casa aqui construída, tenho minha família que mora comigo e trabalho com plantação de macaxeira. Quando eu tava finalizando minha casa aqui chegou o pessoal da Amcel em uma moto e em uma Hilux, onde o cara veio e falou: ‘Olha você vai ter que tirar sua casa daqui, se você abandonar isso aqui nós lhe damos um valor em dinheiro e em troca você testemunha em nosso favor para tirar esse pessoal daqui’ aí eu disse ‘Eu vou ser bem sincero, isso aí eu não vou fazer não’. Ele falou que era o chefe da área aqui, aí falou que tinha muita desmatção aqui aí ele fez uma denúncia e a polícia federal veio aqui pra ver essa situação e aí quando vieram se depararam só com área de campo, *né?* que a gente faz nosso plantio aí viram que nós não desmatamos aqui, que aqui não tem crime ambiental nenhum. (Entrevistado 2, 2025).

Segundo o Entrevistado 3, mesmo que sua residência tenha placas com os dizeres “Proibido, não entre” e portão, ainda assim a presença dos fiscais da empresa ainda são constantes.



Constantemente vemos o pessoal da fiscalização da Amcel por aqui, mais ou menos 5 pessoas entraram de moto na minha residência [...] o portão estava fechado, eles abriram o portão e entraram. Perguntaram se aquilo ali era meu e eu disse: 'Sim, esse aqui é meu terreno. É onde eu trabalho, tenho minha casa' ai eles falaram: 'Pois é, mas você sabe que isso aqui é área que pertence à Amcel' e aonde eu pergunto pra eles como que eles dizem que é uma área deles se eles não tem como comprovar já que eles não têm documentação. Foi quando eu disse que, por estar em judice, achava que não cabia eles fazerem fiscalização aqui dessa terra, porque não pertence à Amcel e o fiscal falava: 'Pois é, mas o resultado ainda não deu nem pra vocês e nem pra Amcel' e eu disse: Pois é, no dia que ela comprovar que é dela, tudo bem, mas não comprova e a gente permanece aqui para produzir e para trabalhar e a gente quer continuar' (Entrevistado 3, 2025).

O Entrevistado 4 relatou uma situação de intimidação vivenciada enquanto realizava atividades de subsistência em sua propriedade. Segundo ele, durante um dia comum de trabalho, foi surpreendido pela entrada de aproximadamente seis motociclistas, que adentraram a área sem autorização. Os indivíduos informaram que a terra estaria em disputa judicial com a empresa Amcel e afirmaram que os moradores não poderiam permanecer no local. O entrevistado destacou o sentimento de constrangimento e insegurança diante da abordagem inesperada, especialmente pelo fato de os homens estarem vestidos com roupas fechadas e não ser possível identificar se portavam armas.

Um dia eu tava trabalhando lá, numa quarta-feira né, tava eu e mais uns três fazendo umas leira pra plantar uma verdura, aí me deparei com aquela zoada esquisita e quando eu olho, vejo uns seis motoqueiros entrando na minha propriedade sem permissão. Eles disseram: 'Você sabe que essa área tá em conflito na justiça e a Amcel, né. Vocês não podem estar aqui'. Eu fiquei muito constrangido, como é que você tá trabalhando de boa e aí e aparece esse pessoal aí, ninguém sabe se eles tavam armados, tavam tudo encapado com aquelas roupas fechada assim (Entrevistado 4, 2025).

A Entrevistada 5, moradora da Comunidade do Paredão, relatou ter recebido, no final de 2023, uma notificação determinando a desocupação da área no prazo de 15 dias. Essa medida foi resultado de uma ação movida pela empresa AMCEL, que reivindica a posse da área ocupada pela comunidade. Apesar disso, ela e outros moradores optaram por permanecer no local, por entenderem que a decisão judicial era injusta e que havia necessidade de resistir em defesa de seus direitos. Segundo seu relato, no início de 2024, houve um aumento da pressão sobre a comunidade, com cercamentos e abordagens que afirmavam a ilegalidade da permanência dos moradores na área. Ela também mencionou a presença constante de drones sobrevoando a região, o que contribuiu para um ambiente de vigilância e intimidação.

No final do ano passado recebemos um documento dizendo que a gente tinha que sair em 15 dias, e eu não saí, eu continuei aqui. Porque assim, não é porque o juiz determinou uma coisa que a gente vá fazer, se a gente vê que tá errado a gente vai



lutar pelo direito da gente. Então a gente decidiu não sair e continuamos aqui.[...] No começo de 2024 tavam cercando o pessoal, dizendo que a gente não podia estar aqui.[...] Até drone fica rodando por aqui (Entrevistada 5, 2024).

No contexto da implantação de hidrelétricas no Amapá também houve graves impactos aos povos tradicionais. A implantação das usinas hidrelétricas no rio Araguari, além de comprometer o fluxo natural das águas, configurou-se como um fator impeditivo ao livre deslocamento das embarcações utilizadas pelos pescadores locais. Em decorrência disso, a atividade pesqueira sofreu acentuada depreciação após a construção das barragens. No município de Ferreira Gomes, os pescadores relatam dificuldades em manter seus modos de vida tradicionais, uma vez que as áreas de maior potencial pesqueiro passaram a localizar-se a montante das usinas. O acesso a essas áreas depende do fretamento de veículos terrestres até o lago, o que implica custos elevados e inviabiliza economicamente a atividade. Ademais, práticas tradicionais, como a construção de pequenos abrigos e a coleta de varas nas margens do lago, foram proibidas, o que restringiu ainda mais a continuidade das práticas pesqueiras tradicionais, impedindo a montagem de acampamentos nas condições anteriormente habituais (Margarit, 2019).

Os impactos socioambientais decorrentes da instalação das usinas hidrelétricas manifestam-se de forma expressiva no âmbito social. Conforme relatos dos pescadores, além de dificultar a navegação e a pesca, as barragens provocaram a redução do volume de água no rio Araguari, ocasionando o surgimento mais frequente e extenso de bancos de areia durante os períodos de estiagem, o que compromete adicionalmente a navegabilidade e a atividade pesqueira.

Outro efeito relevante refere-se à diminuição da disponibilidade de pescado. Segundo os depoimentos dos pescadores, a quantidade de peixe anteriormente obtida em um único dia de trabalho passou a demandar, após a construção das barragens, até três dias de esforço. Espécies de elevado valor comercial, como o pirarucu, o pacu e a sarda, tornaram-se raras ou desapareceram da região, alterando de forma significativa a dinâmica econômica e ecológica local.

A escassez de recursos pesqueiros provocou o abandono gradual da atividade por parte de numerosas famílias em Ferreira Gomes, que passaram a buscar alternativas de subsistência na zona urbana. Muitos passaram a exercer atividades informais, popularmente conhecidas como “bicos”, e a depender de programas sociais governamentais. Tal processo ocorreu simultaneamente ao aumento do custo de vida no município, impulsionado pela intensificação do fluxo populacional durante o período de construção das usinas (Margarit, 2019).



No entorno do município de Porto Grande, diversas famílias ribeirinhas tiveram suas terras submersas pelo lago formado pela Usina Hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão. Embora tenham sido indenizadas, essas famílias não receberam novos lotes de terra às margens do rio, inviabilizando a continuidade de seu modo de vida tradicional. Como consequência, muitas migraram para a zona urbana e, após o rápido esgotamento dos recursos financeiros provenientes das indenizações, passaram a enfrentar dificuldades socioeconômicas significativas. Desprovidas de terra e de oportunidades de trabalho, essas famílias passaram a compor os grupos em situação de vulnerabilidade social nas periferias urbanas, buscando, de diferentes formas, restabelecer seus modos de vida vinculados ao meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está em processo de construção, em andamento, no entanto, o que já se pode apurar é que o contexto vivenciado pelos grupos impactados revela diversas formas de violação de direitos, como a perda do direito à moradia e ao território tradicionalmente ocupado. Este trabalho busca explicitar a invisibilidade social a que essas comunidades são submetidas, marcada pela falta de representatividade na mídia e pelo desconhecimento de sua realidade pela sociedade amapaense. A vulnerabilidade social, caracterizada pela hipossuficiência financeira contribui para essa invisibilidade.

A reprodução de mecanismos neocoloniais se dá nos interesses do grande capital quando se sobrepõem aos direitos e à existência das comunidades tradicionais. A análise das narrativas permite compreender como esses impactados vivenciam o conflito pela terra, marcado pela pressão de empresas e pela omissão do poder público em garantir a legalização de suas posses. É preciso dar visibilidade a essa realidade, contrapondo o silenciamento imposto pela mídia tradicional e buscando promover um debate público informado.

É preciso ampliar a visibilidade dessas narrativas, sensibilizar um público mais amplo e fomentar o debate sobre os motivos e a necessidade do chamado “desenvolvimento” para essa região. Compreender “quem são essas pessoas” através de suas próprias histórias é o cerne deste trabalho, buscando romper com a invisibilidade e o silenciamento que perpetuam a violação de seus direitos.

REFERÊNCIAS



BECKER, Bertha. **Amazônia** - Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPC. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14308-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 14 dez. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo, sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Belém: Novos Cadernos NAEA, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Rev. direito GV**, v. 8, n. 2. dez., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000200006>. 21 dez. 2024.

MARGARIT, Eduardo. **As armadilhas do discurso que envolve o processo de implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia**. Bauru: Ciência Geográfica, 2013.

MARGARIT, Eduardo. **Integração territorial competitiva do Amapá: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento**. 2019. 403 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SILVA, Júnior Gomes. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. *In*: LOMBA, Roni Mayer; RANGEL, Katia de Souza; SILVA, Geovane Grangeiro; SILVA, Marcelo Gonçalves. **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados: UFGD Editora, 2014. p. 113-138.

SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ENTREVISTAS

Entrevista. [out.2023] Entrevistador: Guilherme Amaral. Ferreira Gomes, 2023. 1 arquivo.mp3 (4 min e 35 seg). Entrevista concedida para os arquivos do processo da Defensoria Pública do Amapá.

Entrevista. [ago.2025] Entrevistador: Guilherme Amaral. Macapá, 2025. 1 arquivo.mp3 (3 min e 19 seg). Entrevista concedida para os arquivos do processo da Defensoria Pública do Amapá.

Entrevista. [ago.2025] Entrevistador: Guilherme Amaral. Macapá, 2025. 1 arquivo.mp3 (2 min e 31 seg). Entrevista concedida para os arquivos do processo da Defensoria Pública do Amapá.

Entrevista. [ago.2025] Entrevistador: Guilherme Amaral. Macapá, 2025. 1 arquivo.mp3 (4min). Entrevista concedida para os arquivos do processo da Defensoria Pública do Amapá.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

Entrevista. [out.2024] Entrevistador: Guilherme Amaral. Ferreira Gomes, 2024. 1 arquivo.mp3 (11 min e 06 seg). Entrevista concedida para os arquivos do processo da Defensoria Pública do Amapá.